

RECOMPENSAS E PREMIAÇÕES: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ÉTICA E ESTÉTICA DE PROFESSORAS NO BRASIL

EIXO: Pedagogias de Gênero e Sexualidades em Mídias e artefatos culturais.

INSITUIÇÃO: CEEL/UFPE

rufinos.anapaula@gmail.com

Resumo

O estudo em tela examina a premiação na condição de dispositivo pedagógico de gênero nas formas de regulação da experiência que a professora faz de si com vistas a identificar a emergência de uma rede significação sobre o sujeito professor e perceber a produção de certo regime de visualidade da professora na mídia. Analisa um *corpus* heterogêneo composto por textos variados que compõem o discurso pela educação básica em textos que engendram o discurso cultural da Revista Nova Escola. Interessa colocar em suspenso um conjunto de práticas discursivas que revelam um regime de verdade sobre o sujeito professor.

Palavras-chave: Dispositivo pedagógico. Premiação. Sujeito professor.

Introdução

O estudo em tela procura colocar em suspenso um conjunto de práticas discursivas que revelam um regime de verdade sobre o sujeito professor produzido historicamente, ao passo que investe em compreender na rede que se estabelece entre discursos, proposições, legislações, como atuam os dispositivos pedagógicos de gênero e como entram em disputa pela significação do sujeito professor. Considera tais dimensões no exame da *Premiação*, enquanto dispositivos pedagógicos de gênero nas formas de regulação da experiência que a professora faz de si com vistas a identificar a emergência uma rede significação sobre o sujeito professor no contexto atual e perceber a produção de certo regime de visualidade da professora na mídia impressa especializada.

Para tanto, investe no exame do discurso da mídia na revista Nova Escola sobre a *Professora Ideal*, consideram-se elementos discursivos como, lugar de enunciação, temas e gramática. Além de considerar elementos constituintes da Cena de Enunciação em Maingueneau (2008) – a *cena de enunciação* como passível de uma tríplice apreensão: o tipo de discurso, a cena referente ao gênero do discurso e a cena que se constrói como elemento essencial de legitimação dos discursos.

Interessa, portanto, dar relevo não à formação estética docente ou algo que este sujeito aprenda para ser considerado professor a partir de um conjunto de conhecimentos técnicos, mas interrogar um conjunto de certos conhecimentos que medeiam ou reelaboram alguma forma de relação desse sujeito consigo mesmo, acionando, no sentido foucaultiano, uma

ontologia histórica através do estudo de mecanismos que transformam os seres humanos em sujeitos fabricados no interior de certos dispositivos de subjetivação e, assim, contribuir na problematização de teorias, discursos e práticas produtoras de pessoas, de formas de ser professor de uma determinada maneira, como propõe Larrosa (1994, p. 37).

O texto em tela, representa um exercício analítico de parte do arquivo da pesquisa de doutorado desenvolvida em 2018 no PPGEdU/UFPE com financiamento CAPES, a qual elegeu do conjunto de periódicos dirigidos ao segmento ocupacional do magistério, a Revista Nova Escola.

A escolha do arquivo levou em consideração a inserção e aceitação desse periódico no referido segmento e ainda as estratégias promocionais adotadas. O conjunto de documentos analisados constitui textos da mídia impressa especializada: reportagens, matérias sobre professores da educação básica premiados em concursos anuais. Os documentos são analisados como um *corpus* heterogêneo composto por textos variados que compõem o discurso curricular da educação básica e textos que engendram o discurso cultural da mídia sobre o sujeito professor.

1. A premiação e a produção do sujeito professor

É possível afirmar que ao longo da história da educação, estudos revelam que a prática de recompensas e premiações tem se apresentado como algo presente nos espaços educacionais com objetivos e destinada a sujeitos de maneira diferenciada. Vários exemplos mostram sua emergência ligada ao controle disciplinar e relativa ao castigo/punição como penalidades às crianças quando analisadas pelo comportamento inadequado ou aprendizagem abaixo do esperado, como exemplifica Veiga (2009, p. 140) ao apontar que nos Regimentos internos dos estabelecimentos de assistência à menores do Estado de Minas Gerais, de 1929, registram-se como penalidades: retirar da aula; privação de recreio; proibição de correspondência e visita; detenção na sala da inspetora; isolamento, permitindo a saída somente para assistir às aulas. Quanto às recompensas: boas notas; inclusão no quadro de honra; elogios em particular ou em público; prêmios em livros, brinquedos ou outros objetos.

Essa perspectiva da *premiação* como reforço a um comportamento esperado já aparece como elemento de composição do Conselho Escolar em sua criação como instrumento de controle do sujeito escolar com funções disciplinares.

Ramos do Ó (2003, p. 39) expõe uma relação de tais atribuições elencadas no decreto de criação as Escolas Industriais em Lisboa de 1888. Competia ao conselho escolar, composto pelo diretor e pelos professores efetivos e em exercício, dentre várias funções, a

responsabilidade de formular e discutir os projetos dos programas das diversas cadeiras; propor as condições de admissão, frequência e exame dos alunos; propor os alunos a quem deva ser conferido prêmio; desempenhar as funções de fiscalização e administração; aplicar as penalidades; e recomendar ao inspetor tudo o que julgar a bem do ensino.

Para além da função de reforço a uma “resposta operante” no sentido behaviorista, a premiação se reveste de outra característica que amplia seu campo de atuação sem perder o propósito da disciplinização, mas, de outra feita, funciona como instrumento de autorregulação dos sujeitos com práticas normativas pela sugestão às professoras e aos professores de se autoexaminarem e julgarem sua prática. Símbolos e normas são mobilizados para a produção de um determinado/a professor/a dentre os quais está a promoção de prêmios anuais para os professores que derem melhores provas de aptidão e zelo pelo ensino do desenho. Vale lembrar que a premiação, apesar de explicitamente operar como incentivo financeiro, na verdade exerce o poder de conseguir a adesão de mestres aos quadros de ensino quando associada à promoção da distinção entre estes pelo desempenho esperado. Por outro lado, vê-se um processo de disciplinização pela autorregulação dos sujeitos por meio de critérios que os permitem fazer um autoexame de práticas de produção específica e julgada “de reconhecida utilidade” como garantia do mérito. Tal mecanismo efetua um efeito de galanteio elogioso, moldando um sujeito professor dentro dos padrões estabelecidos. Dessa maneira, a distinção funciona como um dispositivo de regulação da prática, porque aciona um efeito de vaidade, ao mesmo tempo em que mantém o professor tutelado em sua autonomia.

Em instituições de ensino brasileiras, alguns estudos como os desenvolvidos por Louro (2011), relatam sobre as cerimônias e rituais com dispositivos de normalização de estudantes, mestres e mestras, como os exames públicos e as premiações na construção ética e estética desses sujeitos. Em *História das mulheres no Brasil*, ao abordar a educação da mulher e a formação feminina para o magistério no Brasil, a autora analisa documentos e relatos de instituições de formação para o magistério de Porto Alegre em meados do século XX. Para além dos regulamentos institucionais de escolas normais públicas, colégios normais religiosos ou internatos particulares para moças de classes diversas, a normalização de estudantes, mestres e mestras fazia-se ainda por uma série de outros dispositivos, como os exames públicos e as premiações. Sua eficácia no processo de subjetivação das professoras se dava pela definição da posição destas nas solenidades e rituais, que aconteciam na obediência a superiores, na observância da pontualidade, da assiduidade, da regularidade e da ordem.

A respeito disso, Louro acrescenta: “Construía-se uma estética e uma ética com uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os

praticamente assexuados, e combinava-se com a exigência de uma postura discreta e digna” (LOURO, 2011, p. 461). Quanto às professoras, como modelos para as estudantes, era possível vê-las também em trajar discreto e severo. Além disso, adotavam o silêncio sobre a vida pessoal e ministravam ensinamentos sobre o modo adequado de se comportar, falar e escrever, pois adotavam os gestos e olhares considerados modestos e descentes, as formas adequadas de caminhar e sentar. Tratava-se de um “investimento político sobre os corpos das estudantes e mestras através de múltiplos dispositivos e práticas criando um jeito de professora” (LOURO, 2011, p. 461).

Os elementos apontados sugere um exame das práticas cerimoniais em sua performatividade como um ritual, especialmente porque, como propõe o antropólogo Stanley Tambiah, o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica e constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios com conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade, rigidez, condensação e repetição de ação “performativa” como ato convencional pelo qual os participantes experimentam intensamente.

2. A premiação e a formação ética e estética de professoras

Na análise ora apreendida, reafirma-se que a Fundação Victor Civita (FVC) configura-se como lugar de enunciação, a qual se propõe: “Construir e disseminar conhecimentos e valorizar práticas da Educação Básica que auxiliem educadores a enfrentar os desafios de seu tempo” (www.fvc.org.br).

Na análise da gramática do discurso, dizendo com Foucault (2004, p. 164), “podemos encontrar *performances* verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática: vocabulário, sintaxe e, de uma maneira geral, a língua, que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica, [...] mas que são *enunciativamente* diferentes”. No conjunto dos vários produtos e eventos de divulgação da prática docente, esse acontecimento é considerado pela FVC como “o mais importante prêmio da Educação Básica brasileira, onde todos os anos um grupo de especialistas define entre os milhares de inscritos os dez educadores vencedores, entre professores e gestores, escolhidos por suas práticas exemplares” (www.fvc.org.br).

Nesse ritual de premiação, as celebridades artísticas e as “celebridades docentes” fazem parte do mesmo espaço/tempo/atuação, onde uma delas passa a atuar performativamente não como professor, mas como sujeito premiado. Este está sendo evocado pelo discurso do mérito, uma vez que os resultados foram obtidos por esforço e qualidades pessoais. É o caso da professora Silvia, que pôde “[...] mostrar para as famílias que a creche

não é um lugar apenas para deixar as crianças durante o horário. [...] conseguiu unir o educar e o cuidar” (<http://acervo.novaescola.org.br>), como propõe a narrativa. Está em ação um sujeito engendrado pela articulação do poder empresarial e econômico, atrelado a quem arca com os custos da realização do espetáculo, competição – FVC e Grupo Positivo, patrocinadores do espetáculo. Cabe destacar que grande parte dessa adesão por professores/professoras ao prêmio tem íntima relação com a forte inserção dos produtos da mídia impressa especializada nesse segmento ocupacional por três décadas no Brasil, como é o caso da revista Nova Escola publicada e distribuída pelo Grupo Abril.

A análise do enunciado levou em consideração os grandes temas, os conceitos e a gramática recorrente sobre a *professora ideal* no discurso da mídia impressa.



Fonte: Revista Nova Escola, edição 157, nov/2002.

A cena em análise coloca em destaque a reportagem de capa sobre a cerimônia de premiação de docentes da educação infantil e ensino fundamental promovida pela Fundação Victor Civita e veiculada na revista Nova Escola. Nesta, encontra-se a professora Roberta Patrícia Azevedo, alfabetizadora na cidade de Quixaba, Pernambuco, “a grande vencedora” (NOVA ESCOLA, 2002, p. 60).

O exame do dispositivo da premiação nos enunciados da revista Nova Escola nas reportagens de capa sobre o Prêmio Victor Civita apresenta uma narrativa que constrói o discurso da professora do ano através de termos como: *entusiasmo, dedicação, persistência, exemplo, garra, vencedora*. São termos que parecem dar sustentação ao enunciado da “grande vencedora” (NOVA ESCOLA, 2002):

Sua história de vida é cheia de demonstrações de dedicação e entusiasmo. [...]. A rotina de lecionar pela manhã e à noite é completada com reuniões vespertinas. [...]. Roberta é um exemplo de dedicação e essa premiação vai incentivar a produção e divulgação de outros trabalhos. [...]. Toda segunda-

feira, por volta das 6h30, ela já está na estrada à espera do transporte. [...]. Ela tem garra de vencedores. (NOVA ESCOLA 2002, p. 61).

A análise dos enunciados delinea um discurso sobre o sujeito professor por entre duas faces: fazendo referência à salvação da pátria pela educação: a prática docente associada à crença no poder da educação para o crescimento do país emerge com grande força a partir dos ideais republicanos de povo instruído e, portanto, como um exemplo a ser seguido, e a outra que está vinculada ao discurso da redenção da própria educação, como um modelo para incentivar novas práticas de ensino. Constrói uma relação interdiscursiva com o discurso da “missão redentória” da educação, mas neste caso não se refere a educação para a regeneração da alma das crianças como um exemplo de moralidade, como aponta a crítica de Popkewitz (2001), mas sobre a produção de um discurso que passa a vigorar no final do século XIX que concentra o interesse pela regulação da vida da população pela educação. Nesta configuração, a premiação tem como “missão” a oferta de subsídios para a construção de projetos que abordem novos temas e alcancem seus objetivos, assim como servir de incentivo a todos os profissionais que atuam para o enriquecimento da educação no país: “Roberta é um exemplo de dedicação e essa premiação vai incentivar a produção e divulgação de outros trabalhos” (NOVA ESCOLA, 2002). Esses enunciados sugerem uma pedagogia de gênero quando articulada a um exame do contexto educacional brasileiro na educação básica no qual, em linhas gerais, os profissionais do ensino infantil e fundamental são predominantemente do sexo feminino, como aponta Rosemberg (2001) que as mulheres são maioria nas salas de aula, referindo-se à proporção de mulheres docentes e, portanto, as encarregadas da redenção das almas infantis como uma espécie de maternidade compulsória por assim dizer.

Algumas considerações

O exame ora apresentado buscou colocar em suspenso tanto a existência de um sujeito professor universal, quanto deixar aparecer diversas formas de governmentação por diversos dispositivos culturais que elaboram verdades sobre esse sujeito, polarizando homem e mulher com base em suas diferenças psicológicas e biológicas, e impondo, assim, um deslocamento de significados. Seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, “a distinção sexual, serve, na verdade, dentre outras possibilidades, para justificar a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 20). Em que pese o contexto atual onde, as questões são dinamizadas e redirecionadas, pois a comunicação expõe a sua própria constituição de categorias ao se expressar e as matrizes de inteligibilidade do

discurso social – tudo dito e escrito, tudo que se imprime; tudo que se diz publicamente ou se represente hoje na mídia veicula imagens: as novelas, os romances, as revistas, os jornais, a internet etc., “são textos que compõem um mosaico que integra a maneira de se perceber o mundo e a si mesmos, espaços de circulação de narrativas, lugares de processos de subjetivação” (SWAIN, 2001, p. 68).

REFERÊNCIAS

- COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O Sujeito da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 35-86.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- POPKEWITZ, Thomas S. **Lutando em defesa da alma**: a política do ensino e da construção do professor. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- RAMOS do Ó, Jorge. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente, mulheres em revistas femininas. **Em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, 2001.
- VEIGA, Cynthia Greive. A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): questões teórico-conceituais. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, Recife: Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco. **Anais...** 2009. vol. 1. p. 1- 15.

SITES E REVISTAS CONSULTADOS:

- Revista Nova Escola, edição 157, nov/2002.
- Revista Nova Escola. Edição: 306, out/2017.
- Fundação Victor Civita. Disponível em: www.fvc.org.br. Acesso em 21mar.2016.
- Revista Nova Escola on-line. Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em 17 jun.2017.